



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Licenciatura em Pedagogia

**PERCURSO FORMATIVO DO PEDAGOGO
QUE ATUA EM ESCOLAS DE GOVERNO:
refletindo sobre experiências do Distrito Federal**

Andreza Ferreira da Silva

Brasília
2023

ANDREZA FERREIRA DA SILVA

**PERCURSO FORMATIVO DO PEDAGOGO
QUE ATUA EM ESCOLAS DE GOVERNO:
refletindo sobre experiências do Distrito Federal**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa. Dra. Shirleide Pereira da Silva Cruz.

Brasília

2023

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Licenciatura em Pedagogia

ANDREZA FERREIRA DA SILVA

**PERCURSO FORMATIVO DO PEDAGOGO
QUE ATUA EM ESCOLAS DE GOVERNO:
refletindo sobre experiências do Distrito Federal**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa. Dra. Shirleide Pereira da Silva Cruz.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Shirleide Pereira da Silva Cruz – Orientadora
FE/UnB

Prof. Dr. Ana Sheila Costa Fernandes – Membro Interno
FE/UnB

Camila Fonseca Brandão Cavalcanti Lopes Silva – Membro Externo
Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Prof. Dr. Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva – Membro Suplente
FE/UnB

Brasília, _____ de Junho de 2023.

PARTE I | Memorial

Desde que me entendo por gente, sempre estive no espaço escolar, pois minha memória mais antiga é a brincadeira com os colegas na creche e o sentar naquelas cadeirinhas, que agora me parecem de casa de boneca, de tão pequenas.

Minha mãe, servidora pública no Estado de Goiás, até hoje atua na função de serviços gerais no espaço escolar. Nesse ínterim, passei a maior parte da minha vivência estudando na escola onde ela trabalhava. Logo, costumava ficar praticamente o dia inteiro em tal espaço. Ali, eu era “adotada” pelas professoras e acabava sempre ajudando em algumas atividades – o que sempre me proporcionava um forte sentido de responsabilidade.

No Ensino Fundamental, estudei na mesma escola onde minha mãe trabalha até hoje. Segui com a mesma rotina, sendo conhecida entre os professores e a equipe da Direção por estar sempre contribuindo com algo. Certa época, cheguei a ser monitora voluntária de uma turma de 2º ano da Educação Infantil – o que me proporcionou muita experiência, mas ainda não havia me despertado o olhar formativo para a docência.

De fato, tudo àquilo que me acostumei nas outras escolas (a proximidade com os professores e demais funcionários, por exemplo), acabei construindo a partir de laços que criei durante o percurso – desde os professores (desempenho em trabalhos e atividades) à direção, me tornando representante de sala e, posteriormente, auxiliando na formação do Grêmio Estudantil na escola.

Antes de finalizar o Ensino Fundamental, consegui uma transferência para uma escola no Distrito Federal, onde concluí o Ensino Médio. Nesta etapa educacional também me empreendia em outros cursos (informática e inglês, por exemplo), deixando minha rotina bem densa de estudos. Meu foco era prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Processo Seletivo de Avaliação Seriada (PAS), com opções baseadas no que sentia proximidade, ou seja, aquelas que envolviam o espaço escolar. Obtive a vaga para a Universidade de Brasília (UnB) em 2017, para cursar Pedagogia, tendo como segunda opção o curso Letras – Inglês. Aqui, creio importante citar que, particularmente, tinha Letras – Inglês como perspectiva, pois antes mesmo de iniciar o curso de Pedagogia, pretendia mudar o rumo acadêmico, mas, ao analisar a estrutura curricular de ambos, me empolguei ao ver a amplitude do que seria apresentado no curso de Pedagogia, indo de Filosofia (disciplina preferida no Ensino Médio) à Antropologia, à Psicologia, entre outros assuntos – escolha da qual não me arrependo.

Estar no ambiente universitário, sem dúvida, é uma grande aventura e, por isso, tentei viver ao máximo tudo aquilo que me fora proporcionado. Aulas de sertanejo universitário, funcional, corrida, aprendizagem em metodologia de gamificação, projetos de extensão, monitoria e pesquisa, entre tantas outras empreitadas, compuseram as incríveis histórias e experiência que me pertencem e fazem parte de quem eu me tornei. Me constituí uma pessoa expansiva, no sentido de sempre estar envolvida em diversas e diferentes atividades, que diz muito sobre o percurso profissional que acabei adentrando durante minha formação acadêmica.

Mesmo bem no início da graduação, comecei o Estágio remunerado para contribuir financeiramente em casa. Iniciei como estagiária em uma escola particular, atuando como auxiliar da Educação Especial, acompanhando um aluno autista. Busquei algum desenvolvimento nesta área da educação, a fim de contribuir com a aprendizagem do educando, chegando a produzir materiais instrutivos para os professores da escola em relação ao ensino e à aprendizagem de educandos com autismo. Tal experiência foi muito importante, sendo que pude perceber a importância da mediação para o desenvolvimento daquele aluno.

Com a chegada da pandemia do novo Coronavírus, passei a atuar como monitora assistente em uma plataforma de cursos *online* sobre tecnologias educacionais digitais – tema em alta entre os professores, pois, as aulas estavam no período de transição para o ambiente virtual. No referido ambiente de trabalho, pude desenvolver outras habilidades para melhor contribuir com a realização de minhas atividades, quais sejam: produção de conteúdo escrito; edição de vídeos; posicionamento digital; elaboração de *cards* de divulgação etc. A partir daí, consegui um estágio, ainda remunerado, na área de capacitação de uma associação – uma virada de chave para o alinhamento entre a minha formação e o que eu estava prospectando como ambiente de atuação.

Por conseguinte, me voltei para a Pedagogia Empresarial, buscando entender o que era, quais atividades eram desempenhadas e onde estavam estes pedagogos no ambiente corporativo. Me descobri, então, como profissional, e me reconheci como pedagoga, de fato. E ao fazer parte do programa de iniciação científica, pude conhecer e entender as perspectivas dos pedagogos em um espaço de educação não formal – foi como se tivesse alcançado o final do arco-íris e encontrado o pote de ouro.

De fato, cada dia vivenciado na UnB foi fundamental para minha construção pessoal e profissional. Nesse sentido, costumo brincar com um amigo que cursa Matemática no mesmo ambiente acadêmico que, a cada vez que nos reencontramos, é necessário nos apresentemos

um ao outro novamente, pois, as mudanças que passamos são constantes e frenéticas, sempre havendo algo novo para compartilhar.

Em suma, sou grata pelos processos silenciosos de metamorfose que me encorajaram para prosseguir e voar mais alto.

PARTE II | PERCURSO FORMATIVO DO PEDAGOGO QUE ATUA EM ESCOLAS DE GOVERNO: refletindo sobre experiências do Distrito Federal

PEDAGOGIST'S TRAINING COURSE WHO WORKS IN GOVERNMENT SCHOOLS: reflecting on experiences in the Distrito Federal

Andreza Ferreira da Silva¹

Shirleide Pereira da Silva Cruz²

Resumo

O presente estudo teve por objetivo compreender o percurso formativo dos pedagogos e refletir sobre suas experiências em seus respectivos cargos em Escolas de Governo no Distrito Federal. É sabido que a atuação dos pedagogos em Escolas de Governo tem apresentado novas perspectivas de diligência e formação para estes profissionais. Nesse ínterim, como viés metodológico, fez-se uso de diretriz descritiva via entrevistas semiestruturadas para uma abordagem qualitativa. Assim, foram entrevistados 12 pedagogos, alocados em oito escolas de governos, considerando seus aspectos de formação inicial, percurso na graduação, formação continuada e aproximações com a necessidade formativa para o ambiente em exercício. Com base na narrativa dos participantes, concluiu-se que mesmo tendo cargos e percurso formativos distintos, estes atuam com foco em um repensar do fazer pedagógico, mediando e articulando múltiplos conhecimentos em prol das demandas cotidianas nos espaços de educação não formal.

Palavras-chave: Pedagogo. Formação do pedagogo. Pedagogia não escolar. Educação Corporativa. Escola de Governo.

Abstract

The present study aimed to understand the educational path of educators and reflect on their experiences in their respective positions in Government Schools in the Federal District. It is known that the performance of pedagogues in Government Schools has presented new perspectives of diligence and training for these professionals. In the meantime, as a methodological bias, a descriptive guideline was used via semi-structured interviews for a qualitative approach. Thus, 12 pedagogues were interviewed, allocated in eight government schools, considering their aspects of initial training, course in graduation, continued training and approximations with the training need for the working environment. Based on the participants' narrative, it was concluded that even though they have different positions and training paths, they act with a focus on rethinking pedagogical work, mediating and articulating multiple knowledge in favor of daily demands in non-formal education spaces.

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE-UnB).

² Professora orientadora do curso de Licenciatura em Pedagogia da FE-UnB.

Keywords: Pedagogue. Pedagogue training. Non-school Pedagogy. Corporative Education. Government School.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo buscou compreender e analisar o percurso formativo dos pedagogos atuantes em Escolas de Governo no Distrito Federal, traçando o processo de formação e especialização particular destes profissionais no âmbito da Educação Corporativa. Nesse viés, almejou-se entender as relações, existentes ou não, entre os conhecimentos oriundos da formação inicial e as atividades laborais desempenhadas no cotidiano laboral.

Por formação, entende-se “como um processo de desenvolvimento e de estruturação da pessoa que se realiza com o duplo feito de uma maturação interna e de possibilidades de aprendizagem” (GARCÍA, 1999, p. 19). Assim, o percurso decorrido pelos pedagogos em comento constitui-se pela integração de saberes e experiências que, a partir da prática reflexiva e investigativa, reestruturam a identidade de tais profissionais frente às suas diferentes atuações.

A Pedagogia, desde o cerne de seu nascimento, entre os séculos XVIII e XIX, era própria do espaço escolar, atenta ao desenvolvimento e à aprendizagem infantil, corroborando para a formação, específica da docência, seja no aspecto dos métodos, seja nos aspectos dos fundamentos, refletindo sobre a prática educativa enquanto prática social. Mesmo voltada para este período de vida, tal ciência tinha (e ainda tem) a educação como campo de estudo, interessada no amplo espectro do fenômeno educativo.

A partir dos processos de contemporaneidade, Beillerot (1985) aponta o surgimento de uma sociedade pedagógica que, após as transformações econômicas, políticas e culturais, ampliou o entendimento da prática pedagógica e a usabilidade dos métodos educacionais na sociedade. Tal mudança abrangeu um novo olhar para a identidade do pedagogo e seu campo de atuação.

Sobre a questão, Libâneo (2001, p. 155) observa:

Verificamos, assim, uma ação pedagógica múltipla na sociedade, em que o pedagógico perpassa toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo esferas mais amplas da educação informal e não-formal, criando formas de educação paralela, desfazendo praticamente todos os nós que separavam escola e sociedade.

Sendo assim, o curso de Pedagogia se estrutura a partir do intuito de preparar profissionais qualificados para desenvolver ações educativas em qualquer espaço que envolva o ensino e a aprendizagem, estando estes em âmbito formal ou não. Sua relação com a

educação é intrínseca. Sobre a questão, Libâneo (2001, p. 156) assevera que a “Pedagogia é, então, o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação – do ato educativo, da prática educativa como componente integrante da atividade humana, como fato da vida social, inerente ao conjunto dos processos sociais”.

Em vista disso, o pedagogo é aquele que desempenha o papel de mediador, vinculando-se ao ato de perpetuar novos conhecimentos, entendendo e incorporando as lições constantes captadas pelas mudanças da realidade onde está inserido. Devido à ampla abertura proporcionada pela educação, encontram-se pedagogos para além do ambiente escolar, ocupando cargos que visam contribuir para a eficiência e eficácia da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão.

Com o passar dos anos, percebeu-se o quão relevante a formação e o desenvolvimento de competências institucionais e individuais dos agentes públicos poderiam impactar na progressão das atividades governamentais. Segundo Belloni (2015), a formação contínua constitui-se, portanto, como um dever da sociedade e do Estado, que devem prover oportunidades de formação e capacitação, a fim de atender às necessidades do sistema econômico, oportunizando o desenvolvimento das competências dos trabalhadores e dos cidadãos, sendo capazes de viver em uma sociedade de incertezas.

A tradição histórica da Pedagogia, como mostramos, indica sua estreita relação com a escolarização formal desde sua origem. Ela nasceu, como ciência, em atenção às problemáticas dos processos de ensino e aprendizagem presentes nas escolas modernas, de uma necessidade específica desse contexto sócio-histórico. A sociedade vem evoluindo desde então. Novas demandas, novas vivências sociais, culturais, econômicas, profissionais, ideológicas e tecnológicas nos alertam para a necessidade da ampliação do conceito de educação e Pedagogia (SOUZA, 2018, p. 62).

Entre as novas formas de educação, tem-se, então, a Educação Corporativa, que se adentra nas atuações da Pedagogia Empresarial. No Brasil, tal modal educacional foi adotado na década de 1990, marcado pelo impacto da globalização no mercado comercial e financeiro, obrigando as empresas a instituírem uma nova cultura organizacional, onde se estruturou o aumento da produtividade comum, bem como a atração e retenção de bons profissionais e maior eficiência nos processos. Estas novas concepções foram adequadas à realidade do setor público visando, além da lucratividade, o atendimento eficiente e efetivo das necessidades da sociedade ou mesmo dos próprios órgãos.

Nesse viés e com outras mudanças sociais na gestão pública brasileira, o Estado instituiu as “Escolas de Governo”, cujo termo, segundo Pacheco (2000), acabou se tornando

impreciso entre as várias definições agregadas ao uso. Portanto, nas linhas que se seguem, tem-se no termo “Escola de Governo” as instituições estatais financiadas pelo Estado, voltadas à seleção e formação inicial de quadros e/ou treinamento/capacitação de funcionários públicos; ou seja,

[...] aquelas instituições destinadas ao desenvolvimento de funcionários públicos incluídas no aparato estatal central (nacional ou federal) ou fortemente financiadas por recursos orçamentários [...]. Isto porque sua inserção no aparelho estatal tem fortes implicações para o debate em torno de sua missão, finalidades e desafios (PACHECO, 2000, p. 36).

Com um espaço próprio de capacitação do setor público, percebeu-se a necessidade de vincular e sistematizar as aprendizagens internas com os objetivos estratégicos do órgão – prática educativa onde se inserem os pedagogos. Aqui, o pedagogo passa a atuar como um agente mediador e articulador das práticas educacionais, gerindo o processo formativo e promovendo adaptações metodológicas para melhor aproveitamento e aplicabilidade da aprendizagem nos trabalhos dos servidores públicos. As atividades desempenhadas pelo referido profissional também circunda na melhoria do relacionamento interpessoal, promovendo o trabalho em equipe e o aperfeiçoamento do clima e da cultura organizacional.

Tratando sobre o contexto da educação corporativa, podemos deduzir que o papel do pedagogo em uma instituição é pensar em maneiras diversas de incentivar as pessoas a procurarem novas formações e buscar novos conhecimentos, pois a formação do pedagogo é uma formação ampla que permite ele ter contato com diferentes disciplinas ao longo da graduação e esse contato agrega na sua carreira dentro da organização. Esses conhecimentos pedagógicos permitem que o pedagogo tenha um olhar sistêmico em diferentes atribuições que ele possa desempenhar dentro da instituição que envolva processos educativos (SILVA, 2021, p. 19).

Diante desse cenário da relevância do campo da Pedagogia, o presente estudo teve seu vínculo a uma pesquisa intitulada *Sentidos e significados dos conhecimentos e atribuições do pedagogo nas Escolas de Governo*, apresentada no Programa de Iniciação Científica em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Universidade de Brasília (PIBIT-UnB), cujo objetivo foi analisar os processos formativos de pedagogos que culminaram em sua atuação em Escolas de Governo.

Dessa forma, a questão norteadora que orientou o presente estudo e delimitou o objetivo geral foi: quais os processos formativos desenvolvidos pelos pedagogos para ingressar e atuar nas Escolas de Governo?

Para tanto, tem-se como objetivos principais compreender e analisar o percurso formativo dos pedagogos atuantes nas Escolas de Governo do Distrito Federal, traçar o processo de formação e especialização particular daqueles profissionais no âmbito da Educação Corporativa, e entender as relações existentes, ou não, entre os conhecimentos adquiridos na formação inicial e as atividades laborais desempenhadas no cotidiano de trabalho. Para alcançar tais objetivos, foram realizadas entrevistas e análises documentais, a fim de mapear as trajetórias educacionais e profissionais dos pedagogos, identificar os percursos de formação e investigar a conexão direta entre os conhecimentos adquiridos durante a formação e sua aplicabilidade no exercício profissional.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Os pedagogos nas escolas de Governo

Segundo o art. 29, § 2º, da Constituição Federal (CF) de 1988, fica sob responsabilidade da União, dos Estados e do Distrito Federal, subsidiar as Escolas de Governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos (BRASIL, 1988). Nesse viés, atualmente, existem diversas instituições direcionadas à realização de tal ação, possuindo estatutos, regimentos e constituição jurídica própria.

Em julho de 2003, buscando ampliar e fortalecer a articulação entre essas instituições de formação, criou-se a Rede Nacional de Escolas de Governo – uma instância informal, de livre adesão, com o objetivo de aumentar a eficácia na formação e no aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), além de incentivar a articulação e o intercâmbio de experiências entre as escolas, promovendo parcerias e fortalecendo seu princípio de capacitação e qualificação profissional, bem como a formação para cidadania relacionados aos objetivos e funções dos órgãos públicos.

Para auxiliar e orientar as iniciativas de formação e aperfeiçoamento de servidores públicos nas Escolas de Governo, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), por meio do Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que tem como objetivo promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação dos órgãos e das entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 2019). Como principais instrumentos de execução da PNDP, tem-se o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) e o Sistema de

Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) – responsável pela classificação, redistribuição e lotação de cargos e empregos, entre outras atividades (BRASIL, 2019).

Nesse aparato legislativo que cerceia a atuação das Escolas de Governo no Brasil, nenhum dispõe sobre o quadro de servidores componentes e indispensáveis para a promoção das ações de capacitação. Portanto, a integração dos pedagogos como profissionais de potencial educativo em tais espaços fica à mercê da eventualidade de distribuição e cargo de ingresso no serviço público.

O transpassar de propósitos entre os pedagogos e as Escolas de Governos construiu um novo caminho de formação, não apenas direcionado ao aperfeiçoamento dos servidores públicos, mas também ao pedagogo em si. Assim, este, anteriormente direcionado ao espaço escolar, expande sua atuação e percorre um novo percurso formativo adentro das Escolas de Governo. E ao desbravar este novo campo, deve-se considerar tal processo como aquele que, para além da obtenção de outros saberes teóricos e técnicos, igualmente possibilitará um (re)conhecimento de sua própria essência como profissional, aproximando-se de uma dimensão pessoal de desenvolvimento.

Para Freire (1996, p. 06), “formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas”. Logo, por meio da educação, é possível modificar uma condição pré-existente que, junto à formação, torna possível conferir alguma autonomia a este sujeito histórico e social.

Tendo em vista a importância do pedagogo entre a execução de práticas educacionais e o aporte das Escolas de Governo como esfera de fomento à aprendizagem contínua, faz-se importante compreender o percurso formativo do referido profissional nas Escolas de Governo, delineando o caminho de formação estruturado, especificamente, para suprir as necessidades cotidianas de seu trabalho, bem como traçar sua trajetória e suas concepções constitutivas neste âmbito.

Assim, é de extrema importância que a Pedagogia no campo das organizações seja cada vez mais conhecida, pois tem como objetivo implementar programas de qualificação, traçando estratégias e metodologias que asseguram uma melhor aprendizagem dos funcionários ou dos membros das organizações, sendo fundamental sua presença nos espaços públicos (SILVA, 2017).

Conforme Silva e Cruz (2022), compreender a Pedagogia como ciência da prática educativa que analisa as mudanças sociais e as alterações legais faz com que o profissional pedagogo atue, somado à escola, em diferentes instituições. Nesse sentido, as Escolas de Governo têm cada vez mais assumido o protagonismo com a formação de servidores públicos,

culminando na influência sobre a formação curricular, singular e diversificada dos pedagogos integrantes em sua estrutura.

3. METODOLOGIA

O presente estudo fez uso do método de pesquisa descritivo, utilizando uma abordagem qualitativa (entrevista semiestruturada) como procedimento para a coleta de dados. Nesse ínterim, obteve-se o retorno de 08 Escolas de Governo, com o total de 12 pedagogos contribuintes, conforme apresentado no quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Identificação das escolas de governos partícipes da pesquisa e quantitativo de pedagogos por escola.

Nº	Órgão/Instituição	Escolas de Governo	Sigla	Qtd. de pedagogos partícipes
1	Polícia Federal	Academia Nacional de Polícia	ANP	2
2	Advocacia-Geral da União	Escola da Advocacia-Geral da União	EAGU	2
3	Ministério da Economia do Brasil	Escola Nacional de Administração Pública	ENAP	1
4	Ministério Público da União	Escola Superior do Ministério Público da União	ESMPU	1
5	Senado Federal	Instituto Legislativo Brasileiro	ILB	1
6	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Escola Nacional de Gestão Agropecuária	ENAGRO	1
7	Conselho Nacional de Justiça	Seção de Educação Corporativa	SEDUC	1
8	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública	SEGEN	3
Total				12

Fonte: elaboração própria.

Mediante as entrevistas foi possível proporcionar um espaço de diálogo aberto para a expressão e compreensão do percurso formativo traçado pelos pedagogos nas Escolas de Governo em geral. As questões norteadoras foram elaboradas com o objetivo de identificar os caminhos percorridos por tais profissionais, perpassando a graduação, as especializações e sua formação contínua ao longo da carreira.

O roteiro elaborado para a entrevista semiestruturada foi dividido em dois momentos. Inicialmente, pontuaram-se algumas informações prévias, tais como: idade, formação inicial, área de especialização, mestrado ou doutorado e tempo de experiência, seja em um ambiente escolar ou não. Essas questões preliminares foram significativas para identificar e reconhecer a trajetória inicial dos pedagogos partícipes da pesquisa e por quais influências o percurso de cada um se delineou para sua atuação atual.

Passadas as questões de perfil, avançou-se para alguns questionamentos com foco nas Escolas de Governo, tendo como propósito compreender os pontos destacados no quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Tópicos centrais do roteiro básico das entrevistas junto aos pedagogos partícipes da pesquisa.

Nº	Tópicos
1	Quais as principais razões que os levaram a escolher a Pedagogia.
2	Se houve alguma experiência, sendo ela acadêmica ou profissional (estágio) em alguma Escola de Governo.
3	Se durante o percurso na Escola de Governo, houve acompanhamento ou capacitação prévia específica para a atuação enquanto pedagogo neste espaço.
4	Com que frequência busca-se realizar capacitações e quais os temas e áreas de estudos que mais os interessam.
5	Quais são as atividades realizadas na função atual.
6	Complete a frase: “Ser pedagogo/a numa Escola de Governo é...”.

Fonte: elaboração própria.

Por intermédio dos tópicos apresentados no Quadro 2, os pedagogos entrevistados compartilharam, particularmente, sobre suas vivências, além de explicar como está sendo o seu percurso formativo em tais instituições públicas. Seus relatos trouxeram apontamentos expressivos em relação à construção progressiva sobre suas trajetórias e a insistência, ou até mesmo ausência desta, em perseguir continuamente um percurso formativo para si.

Para que fossem localizados os pedagogos ativos em Escolas de Governo, procederam-se contatos via telefone ou *e-mail* disponibilizados nos sítios institucionais de diferentes escolas de governo. Após inúmeras semanas de insistência e com a colaboração de funcionários internos de tais instituições, as entrevistas foram marcadas e realizadas de modo *online*, por meio de plataformas de videoconferência, com duração média de 40 minutos – exceto uma pedagoga que, por indisponibilidade de agenda e preferência, escolheu responder as perguntas de maneira escrita, enviando o documento com suas percepções.

4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na presente pesquisa, em meio ao período de comunicação com as Escolas de Governo mapeadas, certos obstáculos foram encontrados, incluindo a falta de resposta por *e-mail*, números de telefone inativos, *sites* desatualizados e desinformação interna.

Entre as Escolas de Governo aqui partícipes, seis são integrantes do Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU). Previsto no ditame que institui a PNDP, o SEGU subsidia o processo decisório do Comitê Gestor da PNDP, além de apoiar a disseminação e implementação da Política, colaborando para a potencialização de ações de capacitação dos servidores públicos.

De acordo com o último relatório publicado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) (2014), o SEGU é composto por 20 Escolas de Governo da União. Dentre as escolas de governo participantes desta pesquisa, 06 delas pertencem ao SEGU, são elas:

1. Academia Nacional de Polícia (ANP);
2. Escola da Advocacia-Geral da União (EAGU);
3. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP);
4. Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU); e
5. Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).
6. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Não constante no documento de relatório elaborado pela ENAP publicado em 2014, a Escola Nacional de Gestão Agropecuária (ENAGRO) foi criada apenas em 2015, e oficializada na estrutura organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) apenas em 2016. Enquanto as outras 02 escolas de governos participantes, a Seção de Educação Corporativa (SEDUC), vinculado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (SEGEN), vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, não se adentra ao Sistema, pois são pertencentes às Secretarias dos respectivos órgãos.

4.1. O percurso formativo do pedagogo em Escolas de Governo

Atentando-se aos tópicos centrais do roteiro básico apresentado anteriormente, as entrevistas com os pedagogos partícipes da presente pesquisa tiveram início com o porquê da escolha pelo curso de Pedagogia.

Quando questionados sobre “Quais as principais razões que os levaram a escolher a

Pedagogia” as respostas perpassaram por várias contextualizações de vida dos indivíduos. As razões que levaram os indivíduos a escolher a Pedagogia foram diversas, um dos pedagogos afirmou que a Pedagogia não estava inicialmente em suas primeiras opções, tendo preferido inicialmente outros cursos. Uma das pedagogas relatou ter optado pelo curso com base na nota de corte, buscando uma oportunidade de ingressar na universidade pública. Uma pedagoga escolheu a Pedagogia devido ao seu interesse pelo ambiente escolar e pelas metodologias de aprendizagem, sendo atraídos pelo contexto educacional. Uma pedagoga explicou que foi influenciada pelo contexto familiar, tendo isso como um fator determinante na escolha. Essas diversas contextualizações de vida refletem as motivações e trajetórias individuais que levaram à escolha da Pedagogia como profissão.

De fato, têm-se diversos fatores que levaram estes profissionais a cursarem Pedagogia e, independentemente de optarem desde o início ou não pelo curso, estes sujeitos se reconheceram na profissão e seguem aprimorando seus saberes, estabelecendo novas formas de desenvolvimento e alcance de sua atividade. Com a expansão do mercado de trabalho devido ao sistema globalizado, os pedagogos podem incorporar equipes técnicas e multidisciplinares em espaços que contribuam para as estratégias e para o clima organizacional, entre outras atividades.

A partir dos dados preliminares de caracterização do perfil dos pedagogos partícipes da presente pesquisa, foi possível dimensionar que os profissionais: possuem entre 27 e 57 anos de idade; grande parte do sexo feminino (oito pedagogas e quatro pedagogos); e, detêm formação majoritária em instituição de Ensino Superior pública.

No quadro 3, a seguir, tem-se melhor detalhamento quanto aos pontos de caracterização.

Quadro 3 – Formação do perfil dos pedagogos partícipes da pesquisa.

Instituição de Formação	Tipo de Instituição	Qtd. de pedagogos partícipes
Instituto Federal de Brasília (IFB)	Pública	1
Universidade de Brasília (UnB)	Pública	5
Universidade Estadual de Goiás (UEG)	Pública	1
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Pública	1
Instituto de Ciências Sociais e Humanas (ICSH)	Privada	1
Universidade Católica de Brasília (UCB)	Privada	1
Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)	Privada	1
Obs.: 1 das pedagogas não identificou sua instituição de formação.		

Fonte: elaboração própria.

A formação do pedagogo, seja ela vivenciada na universidade pública ou em instituição privada, deve ser dialética, autônoma, emancipatória e crítica (FREIRE, 2000). Desse modo, o processo formativo deve possibilitar ao profissional conhecer a própria origem do conhecimento, ou seja, como se dá o processo de conhecer, uma vez que os profissionais da educação precisam estar aptos a ocupar quaisquer ambientes que necessitem de metodologias de ensino para assegurar uma aprendizagem efetiva. Na sociedade do conhecimento, da tecnologia, da aprendizagem, a atuação do pedagogo nas organizações mostra-se fundamental para o crescimento da organização e de seus colaboradores (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO NETO, 2013).

Seguindo com a entrevista, quando questionados sobre “Se houve alguma experiência, sendo ela acadêmica ou profissional (estágio) em alguma Escola de Governo”, apenas uma pedagoga manifestou experiência em uma Escola de Governo durante sua graduação, tendo sido inserida inicialmente como estagiária e, posteriormente, contratada pela instituição como coordenadora pedagógica. Dois pedagogos apresentaram experiências de estágio dentro da área administrativa, um pedagogo na área de planejamento e Educação a Distância (EaD), e os demais obtiveram vivências no espaço escolar, tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental.

Ao iniciar seus trabalhos nas Escolas de Governo, todos os pedagogos partícipes da pesquisa alegaram a inexistência de uma capacitação inicial específica para os trabalhos a serem desempenhados, pois, as aprendizagens eram obtidas conforme a necessidade de resolução dos problemas. Dentre eles, 9 manifestaram a realização de capacitações internas posteriores ao ingresso no cargo, mas que não envolviam diretamente assuntos pedagógicos, mas sim, assuntos generalistas (liderança, gestão, entre outros), limitando o conhecimento para os vieses administrativos e processuais. Em paralelo, 7 buscaram conhecimentos específicos para que pudessem complementar sua formação, tais como: Mestrado em Educação; especializações em docência no Ensino Superior, Gestão Pública, Educação e Tecnologia; e, pós-graduação em Psicopedagogia Institucional, Design Instrucional e Design de Tecnologias Digitais.

Ao passo que os pedagogos apontaram a necessidade da formação contínua para suprir as necessidades de seu desempenho profissional, os mesmos relataram a importância da preparação ofertada na graduação, apesar de não haver em suas grades curriculares, na época, disciplinas voltadas ao âmbito organizacional. Alguns indicaram que certas disciplinas que trataram dos temas “espaços não escolares”, “andragogia”, “práticas midiáticas”, “Psicologia”, “desenvolvimento humano”, “Filosofia”, entre outros, chegaram a contribuir

para a trajetória inicial no cargo, mesmo quando não voltadas para o ambiente corporativo. De todo modo, ainda assim reiteraram a importância de passar por uma formação inicial que direcione ou ao menos apresente os caminhos a serem percorridos dentro da referida área profissional. Para além disso, que a mesma forneça aparatos para preparar seus discentes a desempenhar o que for necessário. Como manifestado por uma pedagoga partícipe em sua entrevista: “Não tem nada na universidade que eu não tenha aproveitado”.

Para Franco (2008, p. 110), no que concerne ao curso de Pedagogia, é preciso que a “formação de um pedagogo como profissional crítico e reflexivo, que saiba mediar as diversas relações inerentes à prática educativa e as relações sociais mais amplas [...]”. Nesse viés, o percurso formativo do pedagogo em uma Escola de Governo parte da continuidade de sua formação inicial, conforme manifestou uma pedagoga partícipe da pesquisa: “O educador tem que estar em constante aprendizagem, eu posso sim ter a necessidade de ir atrás de algumas questões, mas eu tenho a capacidade de ir atrás daquilo que eu não sei”.

As funções desempenhadas pelos pedagogos nos cargos públicos mencionados abrangem uma variedade de atividades. Entre as principais atividades descritas estão a coordenação de cursos, a administração do Moodle (plataforma de ensino virtual), a adaptação dos cursos para a modalidade de Educação a Distância (EaD), a coordenação pedagógica, a coordenação de cursos presenciais, a revisão do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o mapeamento de competências e a medição de lacunas, a elaboração de materiais pedagógicos, o alinhamento pedagógico com o conteudista ou revisor, e o acompanhamento da legislação educacional. Essas atividades refletem a ampla gama de responsabilidades e habilidades exigidas dos pedagogos que atuam em escolas de governos, demonstrando a importância do seu papel na gestão e no desenvolvimento de processos educacionais no âmbito governamental.

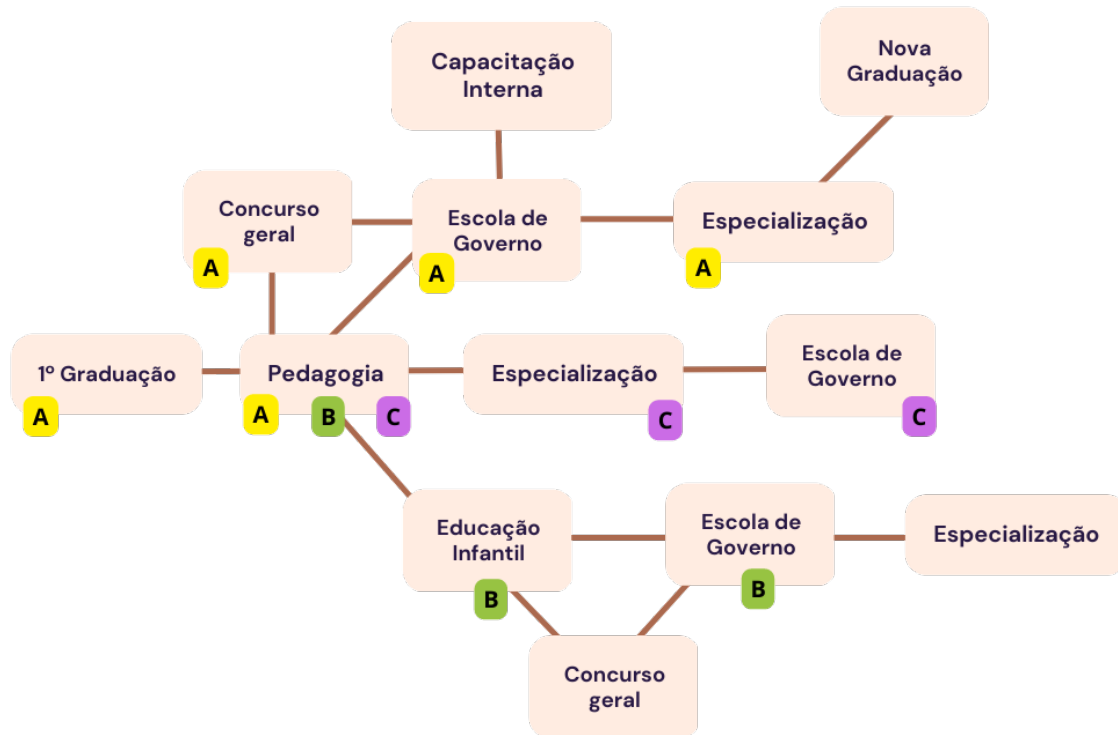
De fato, foi possível observar que as tarefas em comento se declinaram para uma percepção tecnicista do pedagogo, explorando, do mesmo modo, o processo de ensino-aprendizagem e as modalidades de ensino presentes na formação do mesmo.

Em cada Escola de Governo, os pedagogos utilizam os conhecimentos pedagógicos, de processo de gestão, organização de cursos e relacionamento interpessoal, transformando-os e reelaborando-os à medida que vivenciam novas situações, projetam novos cursos, identificam necessidades formativas dos servidores que capacitam, etc. (MELO, 2021, n. p.).

Aqui, é possível compreender as motivações em relação à busca de especialização relacionada aos tópicos específicos para suprir suas funções. Como apontado na pesquisa de

Melo (2021), os pedagogos indicaram a dinamicidade de conhecimentos adquiridos, a partir do cotidiano de suas atuações, partindo das diferentes atribuições integradas às suas funções. Portanto, as atividades laborais são fatores decisivos para a decisão de qualificação específica por parte dos pedagogos atuantes em Escolas de Governo.

Figura 1 – Percurso formativo dos pedagogos partícipes da pesquisa.



Onde: A – Pedagogo A; B – Pedagogo B; e, C – Pedagogo C.

Fonte: elaboração própria.

Como demonstrado na figura 1, o percurso formativo dos pedagogos partícipes da presente pesquisa se deu por bifurcações que se encontram e desencontram umas com as outras. Por exemplo, o Pedagogo A iniciou seu percurso não pela Pedagogia em si, mas por outra formação e, por motivos pessoais e profissionais, posteriormente resolveu cursar Pedagogia, tornando-se, efetivamente, um pedagogo. Ao finalizar sua segunda graduação (Pedagogia), o pedagogo passou em um concurso geral que pode constar como cargo Analista de Recursos Humanos, começando a atuar em um órgão, sendo posteriormente encaminhado à Escola de Governo. Já o Pedagogo B teve seu ponto de partida na graduação em Pedagogia, atuando por anos na Educação Infantil. Insatisfeito com a realidade onde estava inserido, decidiu prestar um concurso público, tendo tomado posse do cargo Técnico em Assuntos Educacionais em uma Escola de Governo. Por fim, o Pedagogo C, que também iniciou sua formação diretamente na Pedagogia e continuou seu percurso formativo em uma pós-

graduação em Pedagogia Empresarial, prestou concurso público, tomando posse do cargo Analista em Educação em uma Escola de Governo.

De fato, o percurso traçado pelos pedagogos não é um processo linear, pois se constrói por bifurcações que complementam cada etapa vivenciada. Nesse viés, foi possível observar que 3 pedagogos aqui partícipes começaram sua trajetória de formação não na Pedagogia em si, mas em outros cursos de graduação que, posteriormente, remeteram ao curso de Pedagogia. Por outro lado, 3 pedagogos traçaram seus percursos envoltos na Educação Infantil, onde, após efetivados em um cargo público, puderam identificar uma nova vertente de atuação da Pedagogia em órgãos públicos. Desta feita, para cada profissional aqui entrevistado, o início formativo, bem como o processo de formação, foi singular; o desenvolvimento profissional se deu com base na autopercepção de cada pedagogo sobre a necessidade do processo de formação, referente às funções que deveriam ser desempenhadas.

4.2. Ser pedagogo em uma Escola de Governo é...

Como processo reflexivo, ao final da entrevista, os pedagogos deveriam indicar o que significava ser um pedagogo em uma Escola de Governo, de acordo as concepções próprias de trabalho e formação. Algumas respostas foram obtidas por similaridade; outras, por complementação; e, outras, apresentando apontamentos únicos.

Figura 2 – O que é ser pedagogo em uma Escola de Governo.



Ao observar as indicações dos pedagogos partícipes da presente pesquisa, foi possível perceber que estar em uma Escola de Governo é considerado como algo desafiador, no sentido de aceitar e encarar os desafios atribuídos aos pedagogos – sentimento que se deve à realização de atividades pouco vivenciadas e/ou desconhecidas em contextos específicos de trabalho pelos profissionais naquele espaço, sendo necessária a conscientização de um percurso formativo contínuo para adaptar-se aos encontros e desencontros entre o trabalho e a formação.

Ser pedagogo em uma Escola de Governo também equivale a uma atuação criativa (por ainda estar vinculado aos desafios diários e à imprevisibilidade frente à resolução de problemas e liderança na gestão das capacitações e treinamentos) e política (em seu sentido extenso, pois é preciso pensar na conjuntura, na importância e na valorização do pedagogo, questionando a ocupação indevida destes cargos por outros profissionais). Logo, é preciso coragem do ser político para defender o percurso formativo do pedagogo e reafirmar toda sua complexidade, a qual lhe diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem, aconteça onde for, sendo o aprendiz criança ou adulto.

Por meio de seu desempenho, o pedagogo auxilia no desenvolvimento dos servidores, apresentando atividades significativas para o seu crescimento, não apenas profissional, mas também individual e institucional, gerando novas habilidades e competências.

Contudo, entre os posicionamentos que acentuam a participação do pedagogo em uma Escola de Governo, uma resposta exige maior atenção e proporciona uma nuvem de questionamentos. Para uma pedagoga partícipe da presente pesquisa, ser atuante em uma Escola de Governo significa: “Não atuar como pedagoga”. Nesse viés, têm-se alguns questionamentos: o que significa atuar como pedagogo? Qual o papel do pedagogo estando em um espaço escolar ou não? O seu currículo de formação, talvez contido no espaço escolar, pode ter influenciado nessa resposta? Na visão da entrevistada, para que a formação do pedagogo o prepara profissionalmente? Quais as perspectivas de atuação lhe foram apresentadas?

Lamentavelmente, não houveram mais detalhes em relação ao porquê dessa resposta, pois, a pedagoga preferiu uma participação por escrito, respondendo aos questionamentos de modo mais direto. Tal resposta parece indicar o que Carrijo (2014) apresenta ao comentar em seu estudo sobre o pedagogo que, mesmo no contexto de instituições de educação profissional, tem enfrentado dificuldades em delinear sua identidade na sociedade, refletindo a dura realidade vivenciada em seu campo de trabalho, tais como: “a falta de conhecimento das

equipes sobre a atuação dos pedagogos, podendo gerar desconfortos e prejuízos nas relações e práticas profissionais”.

Entre as convergências e divergências de percepções quanto ao ser pedagogo em uma Escola de Governo, as ricas contribuições aqui obtidas apresentam novas possibilidades de atuar nos diferentes espaços onde a educação se materializa, atrelando princípios pedagógicos que visem o desenvolvimento pessoal e profissional dos sujeitos, bem como o desenvolvimento institucional, com foco nos objetivos de uma Escola de Governo.

Em suma, é perceptível que para a realização das atividades de capacitação e formação continuada nas Escolas de Governo, faz-se necessário um profissional pedagogo. Seu percurso formativo sobre os processos de aprendizagem, os métodos e as técnicas de organização educativa, além do entendimento quanto às formas de ensino, contribuem para a estruturação de cursos que alcancem e contribuam efetivamente para o desenvolvimento dos servidores públicos. Assim, como pontua Freire (1996), o ser humano não é um ser inacabado, ao passo que, em vida, se encontra em processo de aprendizagem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou compreender os percursos formativos traçados pelos pedagogos em atividade laboral em Escolas de Governo no Distrito Federal.

Com base na colaboração dos profissionais partícipes e nas análises realizadas, percebeu-se a vasta atuação do pedagogo no espaço de educação não formal, indo além de atividades pedagógicas, conduzindo-lhe a uma formação que reflita em sua atuação cotidiana. Portanto, tal percurso formativo pode apresentar diferentes inícios, meios e, para alguns, sem fins, sendo um processo contínuo de aprendizagem.

Com as entrevistas empreendidas, foi de suma importância entender a historicidade de cada participante da pesquisa, bem como suas perspectivas profissionais durante a formação, construída, de modo relevante, no delinear singular de cada percurso. Adicionalmente, a construção identitária destes pedagogos em Escolas de Governo concebe um novo perfil profissional e expansivo dos mesmos, impactando diretamente na proposta de formação continuada. No mais, foi perceptível a necessidade de melhor definição das funções desempenhadas pelos pedagogos nas Escolas de Governo, contrabalanceando as atividades administrativas e pedagógicas.

Como apresentado, as especializações empreendidas pelos pedagogos partícipes da pesquisa tiveram por norte sanar as dificuldades e/ou necessidades enfrentadas no processo de

adaptação do espaço de trabalho. Independentemente de ter tido uma formação inicial que não necessariamente orientou os mesmos para uma atuação específica em uma Escola de Governo, alguns pedagogos entrevistados destacaram a importância da formação inicial, que proporciona alguma autonomia inicial para enfrentar os desafios futuros. Nessa toada, foi perceptível visualizar a relevância da presença do pedagogo nas capacitações direcionadas aos servidores públicos – sujeitos incumbidos da relação entre a gestão pública e os cidadãos. De fato, o investimento em servidores públicos qualificados deve ser um espelho dos profissionais que trabalham para levar estas qualificações de excelência aos servidores, projetando, assim, um serviço público de qualidade.

Por fim, o presente estudo não seria possível sem o apoio inicial do PIBIT-UnB, que, além da contribuição financeira, também proporcionou espaço para a busca, a aprendizagem e o aperfeiçoamento da temática. Igualmente, agradeço à professora Dra. Shirleide Pereira da Silva Cruz, pela orientação e por ter me aberto uma janela, quando tantas portas se fecharam.

REFERÊNCIAS

BEILLEROT, Jacky. **A sociedade pedagógica**. Porto: Rés, 1985.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. 144 p.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9991.htm. Acesso em: 24 maio 2023.

CARRIJO, Carolina Ribeiro de Souza. **O trabalho do pedagogo no Instituto Federal de Brasília**: as demandas profissionais da pedagogia no espaço da educação profissional técnica e tecnológica. 2014. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU)**. [Brasília]: SEGU, 2014.

FIGUEIREDO, Maria Júlia Freire; FIGUEIREDO NETO, Acácio. Aprendizagem organizacional: papel do pedagogo nesse novo ambiente educacional. **REVASF**, Petrolina, PE, v. 2, n. 2, p. 70-88, dez. 2013.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2008. (Série Pesquisa).

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/xrmzBX7LVJRY5pPjFxxQgnS/?format=pdf>. Acesso em: 24 maio 2023.

MELO, Erica Nayara Paulino. O trabalho do pedagogo em escolas de governo: mapeando conhecimentos e atribuições. In: 27º Congresso de Iniciação Científica da UnB e 18º Congresso de Iniciação Científica do Distrito Federal, Brasília, 2021. **Anais...** Brasília, 2021.

PACHECO, Regina Silvia. Escolas de governo: tendências e desafios – ENAP-Brasil em perspectiva comparada. **RSP – Revista do Serviço Público**, [s. l.], a. 51, n. 2, p. 35-53, abr./jun. 2000. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/324/330>. Acesso em: 24 maio 2023.

SILVA, Daynara de Lima. **O pedagogo em espaços não escolares: relato de uma experiência de estágio não obrigatório no Tribunal Regional Federal da Primeira Região**. 2017. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

SILVA, Kátia Augusta Pinheiro Cordeiro Curado; CRUZ, Shirleide Pereira da Silva. O pedagogo em espaços não escolares: a relação com a docência. In: XXI ENDIPE – A Didática e as Práticas de Ensino no contexto das contrarreformas neoliberais, Uberlândia, MG, 2022. **Anais...** Uberlândia, MG, 2022.

SILVA, Sammy de Sousa. **O pedagogo e a Educação Corporativa: um estudo de caso da Defensoria Pública da União**. 2021. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. Brasília, 2021.

SOUZA, Mariana Aparecida Serejo de. **Formação do/a pedagogo/a no Distrito Federal: o lugar da Educação Não Escolar nos currículos de Pedagogia**. 2018. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.